



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

1. ABERTURA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Relatório e Contas 2018

1.2. Orfeão de Leiria - 37º Festival Música em Leiria - Concerto Didático em Castanheira de Pera – Apoio – Ratificação

1.3. Candidaturas ao POISE - Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego do Portugal 2020 – Declarações de Interesse – Ratificação e aprovação

1.4. Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G) - Coordenador técnico

1.5. CARLUGO, Lda. – Pedido de autorização para utilização do Brasão do Concelho

1.6. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de transporte e de isenção das respetivas taxas

1.7. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte

1.8. Empathy Voices, Lda. – Rastreio Auditivo - Ocupação de via pública – Alteração de data

2. Secção Financeira

2.1. Balancete

2.2. Pagamentos

2.3. WRC – Web para Região Centro, ADR, EIM, S.A. - Liquidação

2.4. Documentos de prestação de contas do Município relativos ao exercício de 2018

2.5. Aplicação do resultado líquido do exercício de 2018

2.6. 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019

2.7. 2.ª Revisão ao Orçamento de 2019

3. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

- 3.1. Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município relativo a 2018 e respetiva avaliação
 4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 4.1. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Decisão após audiência dos interessados
 5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 5.1. Empreitada Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – Prorrogação de prazo
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 3/2019, respeitante à reunião de 8 de fevereiro, com as devidas alterações, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Presente também a ata n.º 5/2019, referente à reunião de 11 de março, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Verificando-se por parte do Sr. Vereador António Henriques algumas sugestões de alteração, as mesmas foram consideradas, tendo a Sra. Presidente dado instruções para que se procedesse em conformidade.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente passou então ao ponto seguinte da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Foram presentes pela Sra Presidente as seguintes informações:

- Na sequência da pronúncia efetuada pelo Município relativamente aos mapas propostos no âmbito da descentralização de competências no domínio da saúde veio a Direção-Geral das Autarquias Locais, através de e-mail de 29/03/2019, informar que o assunto foi remetido à Direção Regional de Saúde territorialmente competente, a fim de se proceder à sua análise e, justificando-se, à respetiva correção.
Ainda quanto à descentralização de competências, esclarece alguns aspetos relativamente aos trabalhadores e às competências de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES.
Por último, aborda a questão da operabilidade de alguns mecanismos contidos no Decreto-Lei n.º 23/2019, entre os quais a comissão municipal de acompanhamento e monitorização, o conselho municipal de saúde, o alargamento das competências do conselho de comunidade, a possibilidade dos montantes transferidos e a formalização da transferência através de auto onde serão identificados os recursos humanos, patrimoniais e financeiros.
- Através de e-mail de 08/04/2019, a Direção-Geral das Autarquias Locais veio remeter o Município a documentação a que faz referência o n.º 1 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do citado diploma legal, a Câmara Municipal dispõe do prazo de 30 dias consecutivos a contar da receção do ofício em anexo ao referido e-mail para se pronunciar, querendo, sobre o projeto de mapas também aí incluídos.

- No âmbito do projeto solidário Oeiras30+, o Município de Oeiras contratou com a empresa Municípa a execução de ortofotomapas de concelhos com área ardida na sequência dos incêndios de 2017, entre os quais Castanheira de Pera.

Assim, em 08/04/2019, foi outorgado pelo Município o termo de compromisso para utilização da referida informação geográfica a que corresponde a Licença de Utilização N.º CNO 12/2019.

- À semelhança do habitual, assinalar-se-á mais um aniversário da Revolução de Abril, com o hastear da bandeira e a inauguração de exposição na Casa do Tempo.
- Através de e-mail de 10/04/2019, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera remeteu ao Município o respetivo Relatório e Contas referente ao ano de 2018.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Finda a leitura, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do pai da Dra. Ana Paula Neves, proposta esta que foi aceite por unanimidade.

Em seguida, interveio a Sra. Presidente para agradecer ao Sr. Albano Morgado e ao Dr. Pedro Dinis o facto de estarem presentes nesta reunião, a fim de esclarecerem algumas dúvidas dos Senhores Vereadores, bem como a colaboração e disponibilidade demonstradas e o trabalho que têm desenvolvido, assente na base da ponderação.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para explicar que aquilo que motivou a sua bancada nas questões que foram colocando ao longo das reuniões, foi a tentativa de perceber o que é que se encontra a ser feito para dar cumprimento àquilo que se encontra plasmado no Plano de Atividades da empresa municipal Prazilândia, nomeadamente quanto às obras de requalificação previstas, aumento do número de sombras disponíveis, entre outras, uma vez que se está a aproximar o período de abertura da praia.

Usou então da palavra o representante da Câmara Municipal na Prazilândia, o Sr. Albano Morgado, explicando que tratando-se de uma empresa por si só pública tem de obedecer criteriosamente a disposições legais específicas, nomeadamente em termos de consultas, propostas e orçamentos, pelo que existem procedimentos que acabam por se tornar morosos.

Por outro lado, era intenção da administração da empresa municipal levar a cabo um projeto de investimento global para a empresa, projeto este que foi apresentado ao Turismo de Portugal e que, com alguma surpresa, não foi aprovado, limitando de certa forma a ideia inicial e levando a que a empresa



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

tivesse de fazer uma gestão diferente dos investimentos e desse prioridade a algumas coisas.

Continuando, referiu que, efetivamente, as obras nos bungalows são consideradas pela administração como prioritárias, sendo que a questão neste momento se prende com a entrega de orçamentos pelos empreiteiros, análise e eventual reformulação dos mesmos.

Consciente que nem tudo irá ser possível fazer antes da abertura da época balnear, o que for exequível será feito, nomeadamente ao nível dos bungalows e alargamento da área de sombras, estando a administração a aguardar a receção do terceiro orçamento para posteriormente serem analisados e avançar com as obras, não descuidando a parte técnica da solução bem como a provável necessidade de consulta de algumas entidades no sentido de se pronunciarem sobre a mesma.

Deu ainda conta que a administração foi surpreendida com o estado dos bungalows ao nível da infiltração de humidades, o que implica uma profunda intervenção nos mesmos, originando, a par dos custos, algumas dúvidas sobre as medidas a tomar dentro de um *timing* desejável.

Tomando a palavra, o administrador da Prazilândia, Dr. Pedro Dinis, referiu que ao fazerem-se intervenções nos bungalows, as mesmas têm de ser bem estruturadas e não “*politicamente*” corretas para se evitar que daqui a dois ou três anos se depare com os mesmos problemas.

Pegando na informação que o representante da Câmara Municipal na Prazilândia prestou e na tentativa de perceber o motivo pelo qual o projeto não tinha sido aprovado, o Sr. Vereador António Henriques questionou quais as razões que estiveram subjacentes à não aprovação do mesmo, em que é que este consistia e qual o respetivo *timing* de entrega.

Em resposta, o Dr. Pedro Dinis informou que o projeto foi entregue à entidade Turismo de Portugal no final do mês de setembro.

Mais, informou que aquele projeto envolvia aquilo que era o investimento na componente da Praia e também o evento do Natal na Aldeia, sendo que a sua não aprovação teve a ver com um enquadramento diferente, pois na ótica daquele aquele organismo, a tipologia do projeto deveria apresentar-se com alguma inovação e ser estruturante, ou seja, não deveria repartir-se, por exemplo, entre o evento do Natal e as obras na Praia.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se não houve a possibilidade de refazer a proposta, tendo o Dr. Pedro Dinis informado que, nestes casos, existe sempre um prazo para contestação, que, na presente situação era de 15 dias, porém quando se está a falar de uma diferença “*abismal de entendimento de enquadramento de ambas as partes*”, que no fundo é muito subjetiva, na sua opinião e pela experiência que tem “*não vale a pena trilhar esse caminho de tentar separar*” porque a fase de contestação não é para refazer a proposta, nessa altura não há nada a separar, o que há é a argumentar e a tentar enquadrar, o que não era o caso.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Em complemento, o Sr. Albano Morgado referiu que esta questão da inovação é muito subjetiva e a realidade é que permite que apenas seja aprovado o que aquele organismo queira, acrescentando que, na sua opinião, se havia na região centro qualquer projeto que deveria ser aprovado era algo ligado à Praia das Rocas, pela importância que tem nestes territórios.

Mais, referiu lamentar que um organismo que recebe um projeto ligado à Praia das Rocas, na zona interior centro de Portugal, deixe passar 4 meses para tomar uma decisão de recusa e, neste espaço de tempo, não tenha agendado uma reunião com a Prazilândia de forma a perceber melhor o projeto ou a sugerir que fosse apresentado num enquadramento diferente, demora que veio condicionar qualquer tipo de ação que a administração pretendesse levar a cabo.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu haver ali uma questão de fundo importante, e que está lançado um repto que deve ser aproveitado construtivamente, pois há que expressar este descontentamento junto das instâncias próprias, considerando que, de facto, é incompreensível esta falta de critério diferenciador tão apregoada que é o fator “*interior*”, continuando-se aqui a sentir que somos “*o parente pobre do país*”.

Invocando o fator rigor, o administrador da Prazilândia, Dr. Pedro Dinis alertou que o plano de atividades não se deve cingir temporalmente ao início da época balnear, reavivando que o que se falou é que até ao final do ano estas reformulações e correndo bem a época balnear são possíveis de ser feitas, estando a analisar a existência de um projeto que possa alavancar essa intenção.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu entender o sentido da intervenção anterior, e acrescentou que também não está ali a fazer crer que o plano de atividades tenha de ser cumprido até ao dia 1 de junho, realçando estar de acordo que há um conjunto de requalificações que deveriam estar concluídas até essa data, percebendo que pelas vicissitudes impostas não é possível concretizar. Prossequindo, questionou se já se encontra resolvido o problema com o desassoreamento a montante da praia.

No uso da palavra, o Sr. Albano Morgado disse que com o enchimento do açude verificou-se novamente a ferrugem na piscina, concluindo que provavelmente a intervenção não resolveu o problema, mas minimizou-o e que o nível freático influencia tal situação.

Usando da palavra, o Sr. Vereador António Henriques lembrou que se deveria ter aproveitado o desassoreamento da praia para tratar o talude a montante com a impermeabilização do mesmo, considerando que ao não ter sido feito foi uma oportunidade perdida.

Refutando, o Sr. Albano Morgado disse que a solução passará, com toda a certeza, pela contratualização de uma empresa capaz de aferir a origem do problema para posterior intervenção.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Nessa sequência, houve alguma troca de considerações sobre esta questão e quais as medidas a adotar para solucionar o problema, considerado estrutural para o bom funcionamento da Praia.

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou claro que a bancada do PS tem tido uma postura de responsabilidade política, pacífica relativamente à Prazilândia, que *“não tem sido motivo de grande celeuma”*, o que do seu ponto de vista é demonstrativo da existência de confiança, de uma forma generalizada, por quem está à frente dos destinos da empresa municipal, facto que têm reiterado desde o primeiro momento porque, de uma forma global, sentem confiança pelo trabalho que está a ser feito pela atual administração, postura diferenciada daquilo que, de algum modo, vinha sendo hábito e que comprometia a imagem e a estabilidade necessária para quem administra a empresa. Deixou ainda claro que, também de uma forma global, a sua bancada partilha das preocupações e das intenções manifestadas pela Administração da empresa municipal.

Salientou que sempre que a Prazilândia vem à discussão a sua bancada tem feito as suas intervenções com *“espírito construtivo e colaborativo, no sentido de assegurar que a empresa e as infraestruturas que gere se afirme de uma vez por todas como uma mais-valia para o concelho, para o território e para a região”*, uma vez que se identificam com o rumo que está a ser seguido pela atual Administração.

Relativamente à prestação de contas da empresa, referiu que, de uma forma global, os números a reter é que, de facto, há um aumento de 20% no resultado líquido, e que de uma forma generalizada, há alguns fatores, como a incorporação das imparidades que, na sua opinião, já deveria ter sido feita anteriormente para não deixarem, *“a batata quente”* para quem sucede, manifestando o desejo que tal não volte a acontecer.

Registou, com agrado, a diminuição de gastos com pessoal na ordem dos 9%, recordando que já chamava a atenção para este problema há alguns anos em sede de Assembleia Municipal, sendo que a trajetória era sempre ascendente e, como tal, contrária ao que era desejável. Salientou que não está contra os gastos com pessoal desde que isso reflita o resultado desse trabalho.

Concluiu que, de uma forma global, o documento da prestação de contas traduz o que os Vereadores do PS já vinham dizendo, constatando-se que há ali uma estratégia de rigor de gestão, facto que a sua bancada aprecia e que considera ser o caminho que a empresa deve trilhar, inclusivamente, no sentido de se tornar mais autónoma. Neste propósito, fez referência ao resultado líquido da empresa, de cerca de cento e três mil euros, que vai ser incorporado no capital próprio questionando se esta ação origina tributação, tendo o Dr. Pedro Dinis respondido afirmativamente.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se, havendo obras para fazer, não era possível, de alguma forma, a Prazilândia ter previsto isso e ter canalizado o resultado líquido para investimento.

Interveio o Sr. Albano Morgado respondendo que contabilisticamente não é possível, apenas o poderia fazer em intenções futuras, explicando que durante o exercício não é possível porque se reflete, em termos de calendário, nos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

compromissos financeiros da empresa. Complementando, efetuou uma breve explicação de alguns desses compromissos e da forma como influenciam financeiramente a empresa.

Na sequência, houve mais alguma troca de impressões sobre a situação financeira da Prazilândia, sendo consenso geral que se deverá trabalhar no sentido de tornar a empresa sustentável e financeiramente autónoma.

Prosseguindo com a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente informou que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, no passado dia 10 de abril, remeteu ao Município por e-mail o relatório de contas referente ao ano de 2018, ficando anexo à presente minuta.

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes lamentou o desleixo quanto à proposta apresentada pela bancada do PS sobre a regulamentação de um conjunto de medidas que permitiria dar benefícios aos bombeiros voluntários, considerando que o Executivo se tem escudado nesta matéria numa pertença proposta da CIMRL, afirmando ainda não aceitar que Executivo continue a perder tempo e a deixar de valorizar o trabalho dos bombeiros da forma como ele deve ser valorizado.

Em resposta a Sra. Presidente referiu que tem conhecimento da existência de benefícios a nível nacional que possibilitarão uma ponderação diferente da proposta e que devem ser conjugados com os elementos que vierem da CIMRL.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, ao que julga saber, o Executivo já tem conhecimento da rotura de um coletor de esgoto na localidade do Fontão, considerando ser uma situação que está a gerar alguma preocupação, facto para o qual solicitou a melhor atenção e uma intervenção célere para a sua resolução.

Usou da palavra o Sr. Vereador António Henriques, para questionar se já havia algum parecer relativamente às faixas de gestão de combustível nas áreas queimadas, ao que a Sra. Presidente informou que a autarquia se encontra a aguardar parecer por parte do ICNF há sensivelmente 3 semanas.

Depois de verificar alguns editais publicados nomeadamente sobre o condicionamento de algumas estradas, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o porquê dessas situações, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás indicado que a estrada entre o Valongo e o Troviscal se encontra a ser pavimentada, e que foi condicionada a estrada entre a habitação do Sr. Marcolino David e a estrada do Espinhal devido à construção de um ramal de saneamento.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – RELATÓRIO E CONTAS 2018



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Presente o Relatório e Contas da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. respeitante ao exercício de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o referido documento, cuja cópia se anexa à presente informação, dela fazendo parte integrante, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal, sendo, posteriormente, remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DISCUSSÃO:

Prosseguindo a sua intervenção e em análise ao presente documento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, de uma forma global, retém a existência de um aumento de 20% no resultado líquido, e a diminuição de gastos com pessoal na ordem dos 9%, verificando que, no geral, ele traduz o que têm vindo a referenciar ao longo do tempo, existindo de facto uma estratégia de rigor na gestão considerando ser esse o caminho que a empresa tem de trilhar até no sentido de se tornar mais autónoma.

Referiu ainda perceber que os € 103.000,00 (cento e três mil euros) de resultado líquido vai ser incorporado em capital próprio o que vai originar tributação em cerca de €31.000,00 (trinta e um mil euros), pelo que questionou, se não era possível, de alguma forma, terem previsto isso e canalizado para investimento, ao que o Sr. Albano Morgado informou que contabilisticamente não era possível fazer.

Por outro lado, o Sr. Albano Morgado deu conta que a 2 de maio a empresa municipal tinha um valor residual para liquidar as piscinas do Valseá que ascende a €80.000,00 (oitenta mil euros), segundo ele fazia toda a diferença o que implicava haver aqui uma gestão no sentido de tentar juntar algum fundo de maneio para fazer face a essa situação.

Adiantou ainda, que no presente mês já se encontra aprovado por parte da entidade bancária onde se encontra o investimento a possibilidade de renegociar o referido financiamento para mais 3 anos (até 2022) para fazer o pagamento do valor supra referenciado, com uma taxa e um *spread* inferior ao estabelecido inicialmente.

Usando da palavra, o Dr. Pedro Dinis referiu que não se consegue, em simultâneo, deixar de pagar impostos e tornar a empresa sustentável financeiramente, pois isso só é possível se houver um capital próprio adequado. Em termos práticos disse ainda que, numa perspetiva de médio e longo prazo, e com os desafios que a empresa tem pela frente pensando em todos os caminhos a trilhar, com projeto ou sem projeto, este resultado acaba por ter este ponto forte que permite que hoje, se se quiser fazer uma incorporação de capital alheio, nomeadamente através dos bancos, estes irão olhar para a empresa com “*outros olhos*”.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para dizer que existindo estes montantes de resultado líquido, considera que se deve privilegiar algum investimento na requalificação bem como complementar e acrescentar oferta e diversificar atividades.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Acrescentou ainda que se o empreendimento cria estes resultados há que caminhar no sentido da autonomia financeira.

Prosseguindo, fez uma pequena abordagem ao evento “Natal na Aldeia”, dizendo que ficou aquém do que se esperava.

Atalhando, o Sr. Administrador da empresa municipal, Dr. Pedro Dinis esclareceu que havia a noção do investimento, que, neste particular a gestão da empresa que foi obter lucro, mas sim dinamizar tudo o que envolvia o evento e potenciar as associações que estiveram presentes e lucraram com o mesmo. Reiterou que a Prazilândia nesse aspeto assumiu o investimento feito não tendo sido com o claro propósito de apresentar um resultado positivo em termos financeiros.

Nesta senda, o Sr. Vereador António Henriques esclareceu perceber o ponto de vista apresentado, mas que, contudo, também se deveria perceber outras variáveis, considerando que eventualmente a Prazilândia não teve o tempo necessário para preparar a 2.ª edição, facto que espera ser contornado para este ano.

Ainda que perceba o conceito que assenta na dinamização da economia local, por outro lado também considera que há que claramente minimizar esta diferença entre a receita e despesa.

Em jeito de complemento, a Sra. Presidente referiu que a 1.ª edição não teve o enquadramento que teve a 2.ª edição, uma vez que esta última assentou essencialmente na dinamização da economia local e que os custos da mesma tiveram de ser imputados a alguém.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alertou para que se olhasse para os números elencados no documento e se refletisse sobre eles para, eventualmente redefinir o modelo da própria iniciativa.

Complementando, o Dr. Pedro Dinis informou que com base num espírito colaborativo foram desenvolvidos inquéritos remetidos às associações que tiveram parte ativa no evento, no sentido de perceber algo que possa ser melhorado e qual o caminho a seguir.

Dirigindo-se à bancada do PS, questionou o que é que na opinião dos Srs. Vereadores falhou na 2.ª edição do “Natal na Aldeia”.

Em resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou claro que o papel das associações neste evento é importante, porém também considera que é necessário ir um pouco mais além no conceito, pois se se conseguir aliar a esta dinâmica com as associações locais a uma mostra gastronómica, artesanato que permita alavancar o engrandecimento da iniciativa, conseguir-se-ia estar a capitalizar e marcar um conceito que não seja tão redutor.

Ainda assim, acrescentou que quando se redefinir o conceito é preciso rever a questão das associações ou privados.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Complementando, o Dr. Pedro Dinis deu conta que a organização do evento foi bastante elogiada pelas escolas que tiveram oportunidade de participar no mesmo, que independentemente das condições climatéricas acabaram por se divertir.

Depois de mais algumas considerações relativamente ao documento em apreço e após troca de impressões quanto às necessidades dos utilizadores e visitantes da Praia, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes propôs que fosse equacionada a criação de um espaço complementar à zona do café e restaurante para um atendimento com mais qualidade ao público que não usufrui do recinto da Praia na sua totalidade, sugestão esta que foi bem recebida por parte do Sr. Albano Morgado, uma vez que essa alternativa também já havia sido pensada pela administração da empresa municipal.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou uma pequena nota que passa por capitalizar o tecido económico local. Assim, lembrou que nos primeiros anos da Prazilândia, se havia tentado, e bem, na sua perspetiva, reunir com todos os agentes económicos locais com vista a sensibilizá-los para a necessidade de criação de uma agenda ou roteiro gastronómico a fim de evitar o risco de, em certas alturas, particularmente aos domingos, não haver restaurantes abertos no Concelho, situação que prejudica e muito a imagem de Castanheira de Pera, sugerindo que tais contactos voltasse a ocorrer.

Intervindo, o Sr. Albano Morgado corroborou com a intervenção anterior, acrescentando ainda que lamenta que por exemplo a um domingo à noite não haja um restaurante aberto para refeições e que Castanheira de Pera seja dos poucos sítios do país que durante a época balnear os proprietários dos restaurantes se *“dão ao luxo de continuar a ter um dia de descanso”*.

Seguidamente usou da palavra o Dr. Pedro Dinis, para dizer que é da opinião que deveria haver uma associação de comerciantes que discutisse e defendesse os interesses dos mesmos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente agradeceu a presença do Dr. Pedro Dinis e do Sr. Albano Morgado, e passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

5. ORFEÃO DE LEIRIA – 37.º FESTIVAL MÚSICA EM LEIRIA – CONCERTO DIDÁTICO EM CASTANHEIRA DE PERA – APOIO - RATIFICAÇÃO

O Orfeão de Leiria convidou, uma vez mais, o Município a associar-se ao Festival Música em Leiria, que já vai na sua 37.ª edição, através da concessão do apoio logístico necessário à realização de um concerto no Concelho.

Considerando o manifesto interesse sociocultural para o Município da parceria em apreço, nomeadamente no que concerne ao seu contributo para diversificar e enriquecer a oferta cultural disponibilizada à população em geral e ao público juvenil em particular;

Considerando a necessidade de agilizar alguns procedimentos que permitissem efetivar a realização do concerto, na data alvitada pelo Orfeão;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Foi aceite, nos termos propostos, o convite formulado por aquela entidade, que levou à cena um concerto didático, no passado dia 5 de abril corrente, no auditório da Praça da Notabilidade, tendo como público-alvo preferencial os alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Propõe-se, assim, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar tal decisão, incluindo o correspondente apoio logístico facultado pelo Município, que se consubstanciou, essencialmente, na cedência do espaço e no transporte dos artistas na viagem de regresso a Leiria.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade.

6. CANDIDATURAS AO POISE – PROGRAMA OPERACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO DO PORTUGAL 2020 – DECLARAÇÕES DE INTERESSE – RATIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

Veio a Profiforma, Gabinete de Consultoria e Formação Profissional, Lda., com sede em Coimbra, solicitar a subscrição pelo Município de uma Declaração confirmando, nomeadamente, o interesse no estabelecimento de uma parceria com aquela entidade no sentido de reforçar a importância da candidatura que a mesma irá apresentar ao Aviso n.º POISE-36-2019-06, visando a formação de públicos estratégicos.

Considerando a atualidade e interesse das temáticas que a Profirforma se propõe abordar nos cursos de formação a realizar no âmbito da referida candidatura (igualdade de género e prevenção e combate da violência doméstica e do tráfico de seres humanos) e a mais-valia que a frequência dos mesmos poderá representar para a qualificação de recursos humanos do Município, com todas as vantagens que daí podem advir para uma melhor e mais eficaz intervenção junto da comunidade;

Considerando a urgência declarada pela requerente no sentido da rápida obtenção da Declaração em apreço para efeitos de instrução da candidatura;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Senhora Presidente procedeu à subscrição da mesma, nos seus precisos termos, propondo-se, pela presente que, conforme o estipulado no indicado preceito legal, a Câmara Municipal delibere ratificar tal ato.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade.

7. CANDIDATURAS AO POISE – PROGRAMA OPERACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO DO PORTUGAL 2020 – DECLARAÇÕES DE INTERESSE – RATIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

Presente e-mail remetido pela Organização Não Governamental Mulher Século XXI – Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres, sediada em Leiria, informando que nos últimos anos tem vindo a trabalhar especialmente sobre a problemática mais alargada da violência doméstica, sendo a entidade responsável pelo Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Leiria, Estrutura de Acolhimento de Emergência e Linha de Apoio à Vítima Idosa de Violência.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Mais informa que, fruto das necessidades identificadas ao longo do trabalho que efetua diariamente, a Associação encontra-se a preparar uma candidatura ao POISE - Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego do Portugal 2020, visando fundamentalmente a criação de uma rede integrada de apoio e proteção às vítimas de violência doméstica do distrito de Leiria.

Nesse âmbito remete uma declaração que atesta o interesse deste Município em colaborar na referida rede, solicitando a subscrição e devolução da mesma para efeitos de instrução da sua candidatura.

Considerando a natureza da requerente, bem como o relevante papel social que a mesma vem desempenhando no território nas áreas supra mencionadas;

Considerando a mais-valia da integração do Município na rede em apreço, nomeadamente, no que concerne a uma melhor e mais eficaz intervenção nas problemáticas locais ligadas à violência doméstica;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere subscrever a declaração apresentada pela requerente, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

8. CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – (CLDS 4G) – COORDENADOR TÉCNICO

Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24 de janeiro de 2019 sobre o Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) - 4G;

Considerando a publicação do Aviso n.º POISE-32-2019-09 referente aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) - 4G, no qual se determina que um dos documentos instrutórios da candidatura a submeter pela Entidade Coordenadora da Parceria Local (Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera) é a ata da reunião de Câmara que aprova o coordenador técnico do CLDS - 4G;

Considerando, ainda, o disposto no n.º 3 do artigo 13.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, no sentido de que a Câmara deve selecionar um coordenador técnico para o respetivo CLDS-4G que cumpra os requisitos referidos no artigo 12.º do mesmo diploma;

Considerando que a comunicação sobre a identificação do coordenador técnico já teve de ser efetuada ao Instituto da Segurança Social;

Considerando o Curriculum Vitae e documentos anexos que ora se fazem presentes;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere selecionar Carla Isabel Tomás das Neves, licenciada em Serviço Social, para Coordenadora Técnica do CLDS-4G a ser implementando neste Concelho, por se considerar que a mesma cumpre os requisitos constantes do artigo 12.º do diploma supra referido, ratificando, nessa conformidade, a informação enviada ao Instituto da Segurança Social.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com três votos a favor e duas abstenções, através de escrutínio secreto.

9. CARLUGO, LDA. – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO BRASÃO DO CONCELHO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Presente pedido formulado pela empresa Carlugo, Lda., com sede em Gestosa Cimeira – Castanheira de Pera, solicitando autorização para utilizar o Brasão do Concelho nos rótulos dos produtos fabricados/processados e embalados pela mesma.

Presente informação/análise técnica dos serviços municipais, pronunciando-se em sentido desfavorável à pretensão da requerente, atendendo, nomeadamente, ao disposto na Lei n.º 53/91, de 7 de agosto.

Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido em apreço, nos termos e com os fundamentos constantes da informação/análise técnica supra mencionada, cuja cópia se anexa à presente deliberação e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

Mais se propõe que, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal delibere conceder à requerente um prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação, para vir dizer, por escrito, querendo, o que se lhe oferecer sobre este projeto de decisão.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador António Antunes declarou-se impedido por ser familiar do representante da requerente, a que foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

10. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente e-mail remetido pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, em 07/04/2019, a solicitar transporte para o dia 20/04/2019, no âmbito do 10.º Torneio da Páscoa – Infantis SUB/12, que decorrerá no Estádio Municipal da Batalha.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio das atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, à semelhança do que tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, com isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

Presente e-mail da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera a solicitar cedência de transporte para o dia 14 de abril corrente, a fim de transportar os participantes na caminhada "Pelo Encanto das



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

Quelhas", no percurso de ida e volta entre a vila Castanheira de Pera e o Coentral Grande.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando o manifesto interesse da iniciativa em causa, nomeadamente, no que respeita ao incentivo da prática de atividades ao ar livre, promotoras de saúde e bem-estar, a que acresce o seu importante papel na promoção e divulgação do Concelho;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido o transporte solicitado, mediante as disponibilidades do Município e isentando a requerente do pagamento das taxas devidas, propondo-se, pela presente, que a Câmara Municipal delibere ratificar tal decisão.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

12. EMPATHY VOICES, LDA. – RASTREIO AUDITIVO – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – ALTERAÇÃO DE DATA

Presente e-mail remetido pela empresa Empathy Voices, Lda. solicitando autorização para antecipar a data de ocupação de espaço na via pública com uma unidade móvel de rastreio auditivo gratuito, na Praça Visconde de Castanheira de Pera, do dia 19 para o dia 15 de abril, em virtude da data inicialmente apontada coincidir com o período da Páscoa.

Considerando que, para além da data, os pressupostos que subjazeram à deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de março de 2019 sobre esta matéria se mantinham inalterados e que não se não se verificavam impedimentos quanto à ocupação do espaço na nova data requerida;

Considerando que a data em causa não se coadunava com a da presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi dado deferimento à pretensão da requerente, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar tal decisão.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 10 de abril de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.166.495,44 € (dois milhões cento e sessenta e seis mil quatrocentos e noventa e cinco euros e quarenta e quatro centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.120.278,91 € (dois milhões cento e vinte mil duzentos e setenta e oito euros e noventa e um centimos) e as operações não orçamentais no valor de 46.216,53 € (quarenta e seis mil duzentos e dezasseis euros e cinquenta e três



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.176.638,74 € (dois milhões cento e setenta e seis mil seiscentos e trinta e oito euros e setenta e quatro cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 28/03/2019 e 10/04/2019, registados sob os números 358 a 399, 410 e 415 a 464, no valor total de 233.865,49 € (duzentos e trinta e três mil oitocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15. WRC – WEB PARA REGIÃO CENTRO, ADR, EIM, S.A. - LIQUIDAÇÃO

Por e-mail de 13/03/2019, veio o Município de Anadia informar da conclusão da liquidação da sociedade WRC – Web para a Região Centro, ADR, EIM, S.A. em 31/12/2018, cujas contas foram aprovadas em Assembleia da empresa realizada a 11/01/2019.

Em anexo ao referido e-mail, aquele Município procedeu à remessa dos seguintes documentos:

- Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 11/01/2019;
- Relatório da Liquidação;
- Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal das Contas;
- Proposta da Comissão Liquidatária;
- Certidão Permanente com a extinção da sociedade.

Assim, analisando os documentos em apreço, conclui-se, resumidamente, o seguinte:

- No que diz respeito à participação na entidade WRC – Agência para o Desenvolvimento Regional, os 2.500,00 € da parcela detida pela Autarquia, foram calculados de acordo com uma taxa aplicada sobre o valor global do Capital Social do grupo Autarquias, equivalente ao percentual da população do concelho.
- Em assembleia geral extraordinária de 06 de julho de 2018 foi aprovada pelos sócios a dissolução da sociedade WRC – Agência para o Desenvolvimento Regional. Em assembleia geral do dia 11/01/2019 foram apresentadas pela comissão liquidatária as contas referentes à liquidação da sociedade, ficando a partir dessa data a mesma dissolvida e liquidada.
- Em 23/01/2019 foi registada na conservatória do registo comercial o encerramento da liquidação. Em resultado desta situação, em 2018 foi constituída uma provisão, para investimentos financeiros, na medida em que o Município de Castanheira de Pera não será reembolsado da participação financeira detida na sociedade.
- Foi decidido que o valor remanescente do capital social da empresa após o encerramento das contas de 2018, que se cifrava em 13.406,55 €, ficasse na posse do Município de Anadia, o qual detinha 69,58% do capital social da empresa, para que o mesmo fosse ressarcido dos montantes anteriormente liquidados.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

- A comissão liquidatária procurou realizar todos os ativos e cumprir com o pagamento de todos os seus passivos, tendo ficado com dívidas incobráveis no valor de 8.266,00 €. Houve também necessidade de emitir notas de crédito para anulação de faturas no valor de 50.081,00€ e foram celebrados contratos de cessão de créditos a favor do Município de Anadia no montante de 8.082,00 €.
 - Dos 3 funcionários da empresa, 2 encontravam-se em efetividade de funções e foram integrados no Município de Anadia e 1 foi desvinculado na data de caducidade, tendo-lhe sido pagos todos os direitos.
 - Ao nível do cumprimento para com o Estado e Outros Entes Públicos, tudo foi pago e declarado nos prazos estipulados por lei.
 - O Ativo fixo tangível foi adquirido pelo Município de Anadia e o intangível voltou à posse deste.
 - O depósito a prazo no valor de 6.000,00€ foi transferido para a conta à ordem tendo este encerrado com o montante de 3.292,00 €, valor este para fazer face a pagamentos ao Estado em janeiro.
 - Em 2018, o Município de Anadia transferiu para a empresa o montante de 116.793,00 €, a título de cobertura de prejuízos da mesma em 2017.
 - O resultado líquido apurado no período de 07 julho a 31 de dezembro de 2018 foi negativo, no montante de 352.606,59 €.
- A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2018

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018, que se dão aqui por reproduzidos para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DISCUSSÃO:

Sobre este ponto, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para afirmar que o atual Executivo não foi além daquilo que de alguma forma já estava preparado para ser executado.

Mais disse que na execução da receita se verificam valores de 95%, e na execução da despesa valores de 66%, e que até o próprio parecer do auditor externo salienta aquilo que é de facto a insuficiência destes números perante os normativos legais.

Considerou ainda que estas taxas de execução, se lhes forem retirados aquilo que diz respeito à massa salarial, traduzem uma estratégia que assenta exatamente na ausência de estratégia, acrescentando que, efetivamente, o Concelho precisa de mais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com os votos a favor dos Vereadores do PSD e os votos contra dos Vereadores do PS.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

De seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes apresentou uma declaração de voto, solicitando que fosse integralmente transcrita para a ata e procedeu à sua leitura:

“Declaração de Voto

Reunidos em sessão ordinária da Câmara Municipal, a propósito da discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2018, os Vereadores do Partido Socialista entendem votar contra e emitir a seguinte Declaração de Voto:

Aquando da discussão e votação do Plano e Orçamento para o ano 2019, assumimos uma clara e inequívoca posição de alerta para a falta de visão e de orientações estratégicas que aquele documento denunciava.

Ao mesmo tempo, expressámos a nossa profunda preocupação e discordância com a forma como os desafios da nossa terra são encarados, perante um “empurrar para a frente” (entenda-se para 2019) de cerca de 3,5 milhões de euros. Era, para nós, evidente que esta decisão revelava incapacidade para materializar um conjunto de investimentos de importância capital para o concelho, ao mesmo tempo que confirmava as nossas piores preocupações.

Dissemos, então, que os documentos de prestação de contas iriam corroborar as apreensões que ali elencámos...

Com efeito, assim acontece! Com evidente prejuízo para as nossas populações.

O presente documento, que ora se analisa, revela que o nosso concelho parou; pior, revela que este Executivo é incompetente para gerir as necessidades e anseios do nosso concelho e menospreza a importância vital de devolver, pela acção, Esperança e Confiança aos Castanheirenses.

A esta inércia, sempre responderemos com veemente repúdio e insatisfação, votando contra os documentos de Prestação de Contas.

Castanheira de Pera, 15 de abril de 2019”

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018

Propõe-se, nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (Pocal), a aprovação pela Câmara Municipal da proposta de aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício económico de 2018, constante do Relatório de Gestão (página 45 do R.G), que se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Mais se propõe a sua submissão à Assembleia Municipal para os efeitos previstos no ponto 2.7.3.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (Pocal).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

18. 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Ao abrigo do ponto 8.3.2.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019, nos seguintes termos e conforme listagem anexa:

- Reforço dos projetos 01 111 2018 72 a 03 342 2018 85 no Plano Plurianual de Investimentos, no valor total de 371.370,25 €;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

- Inclusão do projeto 03 342 2019 13 no Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 60,00 €;
- Reforço do projeto 02 212 2017/5012 nas Atividades Mais Relevantes, no valor de 159.000,00 €;
- Inclusão do projeto 03 342 2019 13 nas Atividades Mais Relevantes, no valor de 30,00 €.

DISCUSSÃO:

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que este ponto carece de uma explicação pois, na sua opinião, sempre que há uma proposta de revisão às GOP's a mesma deveria ser acompanhada por uma nota explicativa com o enquadramento que é feito em algumas rubricas pelo menos daquelas de onde foi retirada verba e agora se propõe seja reforçada, nomeadamente, o caso da eficiência energética e do PAMUS.

Com a palavra, a Sra. Presidente explicou, relativamente ao PAMUS, que o aviso à candidatura foi aberto novamente e como tal houve necessidade de se reforçar a rubrica.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se o projeto agora era diferente do inicial, tendo a Sra. Presidente respondido afirmativamente, acrescentando que se tinha chegado à conclusão que o projeto que estava submetido anteriormente nunca tinha chegado a ser aprovado e que esta candidatura não irá ser efetuada nos termos exatos em que estava anteriormente, pois havia partes de investimento que não eram elegíveis em termos de financiamento, pelo que se irá proceder a uma reformulação da mesma.

Relativamente à eficiência energética informou que foi submetida a candidatura para o efeito e por isso foi reforçada a rubrica.

Intervindo novamente, o Sr. Vereador António Antunes referiu que havia uma verba de cerca de 70 mil euros para aquisição de imóveis questionando qual era o imóvel que a Câmara pretende adquirir, ao que a Sra. Presidente respondeu que o imóvel em questão era o que pertencia à Terserra no Parque do Safrujo.

Em seguida, o Sr. Vereador António Antunes fez referência às rubricas para construção de passeios perguntando se a questão que colocou há algumas reuniões atrás sobre a possibilidade de acesso pedonal na Ponte dos Esconhais foi analisada ou não tendo a Sra. Presidente respondido que o assunto estava a ser analisado.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes constatou que foi aberta uma rubrica para um "Centro Interpretativo da Ribeira de Pera", questionando que projeto é este.

Interveio o Sr. Vereador João Graça informando que se está a iniciar um projeto para uma candidatura de modo a criar um centro interpretativo da Ribeira de Pera, cuja sede seria na Casa do Tempo onde ficaria toda a informação que o Município tem sobre a ribeira, sobre o modo como era utilizada, quer a norte quer a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

sul do concelho, bem como efetuar a abertura de novos percursos pedestres ao longo das suas margens e integrar neste projeto os percursos já existentes.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes colocou, ainda, mais algumas questões que foram esclarecidas.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

19. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Ao abrigo da alínea a) da nota 8.3.1.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no valor de 1.970.453,60 € (um milhão novecentos e setenta mil quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos), por reforço, e da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita no valor de 2.361.378,63€ (dois milhões trezentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e oito euros e sessenta e três cêntimos), também por reforço, e no valor de 390.925,03 € (trezentos e noventa mil novecentos e vinte e cinco euros e três cêntimos), por anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

20. INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO RELATIVO A 2018 E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município referente ao ano de 2018 e respetiva avaliação, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante

Propõe-se a apreciação e aprovação pelo Órgão Executivo do mencionado Inventário e da respetiva avaliação e a sua submissão à Assembleia Municipal, para efeitos do previsto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, do supra referido diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

21. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Considerando que, por despacho de 27/03/2019, ratificado pela deliberação da Câmara Municipal de 29/03/2019, foi tomada decisão no sentido de indeferir a pretensão da requerente cujo processo corre termos neste Município sob o número



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

de ordem MO4, tendo a mesma, nessa sequência, sido notificado para exercer, querendo, o direito de audiência;

Considerando que a requerente veio apresentar exposição, datada de 05/04/2019, no âmbito do exercício daquele direito;

Considerando que em 12/04/2019 foi emitido Parecer pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo pronunciando-se no sentido de que a requerente não apresentou argumentos de facto ou de direito que fundamentassem a alteração da decisão anteriormente tomada, propondo que a mesma se mantenha nos seus precisos termos;

Propõe-se, nos termos e com os fundamentos constantes do referido Parecer, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, que a Câmara Municipal delibere converter em definitiva a proposta de indeferimento anteriormente tomada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Considerando que, por despacho de 27/03/2019, ratificado pela deliberação da Câmara Municipal de 29/03/2019, foi tomada decisão no sentido de indeferir a pretensão do requerente cujo processo corre neste Município sob o número de ordem MO6, tendo o mesmo, nessa sequência, sido notificado para exercer, querendo, o direito de audiência;

Considerando que o requerente veio apresentar exposição, datada de 05/04/2019, no âmbito do exercício daquele direito;

Considerando que em 12/04/2019 foi emitido Parecer pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo pronunciando-se no sentido de que o requerente não apresentou argumentos de facto ou de direito que fundamentassem a alteração da decisão anteriormente tomada, propondo que a mesma se mantenha nos seus precisos termos;

Propõe-se, nos termos e com os fundamentos constantes do referido Parecer, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, que a Câmara Municipal delibere converter em definitiva a proposta de indeferimento anteriormente tomada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

23. EMPREITADA MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Presente informação técnica emitida pela fiscalização da empreitada supra identificada, em 11/04/2019;

Atendendo ao conteúdo da aludida informação e às comunicações trocadas com o Fundo Ambiental/Agência Portuguesa do Ambiente, cujas cópias se



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 7/2019

Reunião Ordinária de 15 de abril de 2019

anexam, propõe-se que a Câmara Municipal delibere considerar e aprovar a suspensão provisória parcial dos trabalhos da presente empreitada, desde a data do seu início (11/07/2018), até princípios de novembro de 2018, data em que cessaram as causas que a determinaram (a última das quais a tempestade Leslie e suas consequências imediatas), bem como a consequente prorrogação graciosa do prazo de execução da mesma desde 06/11/2018 até 31/10/2019, tudo nos termos e com os fundamentos constantes da informação técnica emitida pela fiscalização em 11/04/2019, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo desta parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e cinquenta minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____